

A ADSE PRECISA DE SER DEFENDIDA!

*OS DIREITOS DOS
BENEFICIÁRIOS TÊM QUE
SER ACAUTELADOS!*

No início deste ano o saldo acumulado da ADSE aproxima-se dos mil milhões de euros. É urgente que este valor seja posto ao serviço dos beneficiários!

Vários governos têm tentado desvirtuar a ADSE, defendendo a sua transformação numa Mútua ou numa instituição com funcionamento idêntico a uma seguradora, caminho que os beneficiários têm rejeitado e conseguido impedir.

Todavia, não está definitivamente afastada a intenção do governo de converter a ADSE “noutra coisa”. Para já, procura retirar direitos, manter a acumulação de saldos, encaminhando-se para a criação de um “fundo de reserva” e, inadmissivelmente, tem contribuído para o protelamento da regularizações das dívidas dos grandes grupos privados da saúde.

A ADSE é, no presente, um Instituto Público suportado, quase na totalidade, pela contribuição dos trabalhadores e aposentados, apresentando saldos positivos de milhões de euros, que apenas estão a servir para engrossar os lucros dos grandes grupos privados da saúde e as receitas no Orçamento do Estado.

A ADSE tem, neste momento, cerca de um milhão duzentos e oitenta mil beneficiários (aposentados, trabalhadores no ativo e familiares que cumpram os requisitos). O aumento do número de beneficiários, em resultado do o alargamento da ADSE aos trabalhadores com contratos CIT, resultou da luta dos trabalhadores, promovida pela Frente Comum.



Da luta recente da Frente Comum fez parte a entrega ao governo de um abaixo assinado, com mais de 60 mil assinaturas de trabalhadores e aposentados, no qual se exige a manutenção da ADSE como um direito dos trabalhadores e aposentados, e a redução dos descontos em número de meses e em percentagem.

É justo reclamar essa redução!

Não é aceitável que o atual desconto para a ADSE seja de 3,5% sobre 14 meses ao ano porque:

A ADSE goza de boa saúde financeira;

O ano só tem 12 meses possíveis para uso da ADSE;

Os serviços estão mais caros para os beneficiários;

A generalidade dos salários e pensões, não sofreram atualizações, com exceção do salário mínimo.

É neste quadro que se prepara a eleição do novo Conselho Geral e de Supervisão., um quadro em que é necessário garantir que os beneficiários têm uma voz firme dentro da ADSE, que não compactue com quem a quer destruir, assegurando os princípios de justiça e solidariedade.

A Frente Comum voltará a apresentar uma lista a esse Órgão Consultivo, com o objectivo de continuar, dentro da ADSE, o trabalho de defesa dos direitos dos beneficiários e, fora dela, de denúncia dos ataques que lhe são feitos.

A Frente Comum voltará a apresentar uma lista a esse Órgão Consultivo, com o objectivo de continuar, dentro da ADSE, o trabalho de defesa dos direitos dos beneficiários e, fora dela, de denúncia dos ataques que lhe são feitos.

Com o compromisso de sempre - a defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e aposentados - os representantes da Frente Comum no CGS, continuarão a ser a voz de quem trabalha e trabalhou, por uma ADSE pública e ao seu serviço!

POR UMA ADSE PÚBLICA